

Relatores independentes vão monitorar o País

Grupo vai atuar em áreas como alimentação, trabalho e moradia, entre outras

MARTA AVANCINI

BRASÍLIA – O Brasil vai ter, a partir do segundo semestre deste ano, um grupo de relatores independentes para monitorar a situação do País em sete áreas: alimentação, trabalho, moradia, saúde, educação, trabalho e meio ambiente. Trata-se do projeto Relatores Nacionais em Direitos Humanos, Econômicos, Sociais e Culturais, que será apresentado oficialmente na semana que vem, durante a 7.ª Conferência Nacional de Direitos Humanos, promovida pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados.

O objetivo, conforme explica o coordenador do projeto, Jayme Benvenuto Lima Jr., é fortalecer os direitos humanos no País, entendidos den-

tro de uma concepção ampla – ou seja, incluindo os direitos econômicos, culturais e sociais da população. “O Brasil assumiu uma série de compromissos nacionais e internacionais. Mas ainda temos uma incapacidade de monitorar como eles estão sendo colocados em prática”, comenta Benvenuto Lima, que também atua no Gabinete de Assistência Jurídica das Organizações Populares, uma das seis entidades responsáveis pelo projeto.

“É preciso reforçar o fato de que os direitos econômicos, sociais e culturais também fazem parte do campo dos direitos humanos”, acrescenta. Ele lembra que o próprio Plano Nacional de Direitos Humanos vai incluir o acesso à cultura no âmbito dessa área, refletindo o entendimento moderno do conceito de direitos da huma-

nidade. Na opinião dele, já há uma estrutura para acompanhar se os direitos humanos são ou não respeitados em nível nacional e internacional, mas o mesmo não ocorre com os direitos sociais, econômicos e culturais.

O projeto foi apresentado aos representantes do Programa das Nações Unidas para

PROJETO
DEVE TER
DURAÇÃO DE
3 ANOS

o Desenvolvimento (Pnud) no Brasil. A agência aprovou a idéia e vai financiar cerca de 70% dos custos do programa. Os 30% restantes vão ficar por conta do Ministério da Justi-

ça. Ele deverá durar três anos. A proposta – inédita no Brasil – é de que os relatores atuem de modo semelhante aos relatores especiais internacionais das Nações Unidas.

A agência está na linha de frente do combate à pobreza no mundo e divulga, todos os

anos, análises baseadas no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que mede o grau de desenvolvimento de um país a partir de um conjunto de indicadores sociais (educação, saúde). No ano passado, o Brasil foi o 69.º colocado entre 162 nações.

Estrutura – Como os relatores são independentes, eles serão indicados pela sociedade civil. O prazo para indicações e apresentação de candidaturas começa na quinta-feira, quando o projeto será lançado, e termina em 21 de junho.

Em julho, os nomes serão anunciados e, em agosto, começam as atividades dos grupos. O trabalho dos relatores não será remunerado, mas eles vão contar com uma equipe de assessores, que receberá salário. “Eles vão fazer viagens pelo País para acompanhar a situação e produzir relatórios sobre suas áreas. Os primeiros resultados devem ser apresentados em abril de 2003”, prevê Benvenuto Lima.